

A criação dos Conselhos Municipais de Educação em Santa Catarina (Brasil) – aspectos históricos e políticos.

Sandra Simone Höpner Pierozan¹

Liane Vizzotto²

Marcia Farinella Soares de Campos³

A municipalização da educação em Santa Catarina e a constituição de Conselhos Municipais de Educação estão intrinsicamente relacionados. Os Conselhos são órgãos colegiados que desempenham importante papel normatizador em suas respectivas redes de ensino. A municipalização parte de um projeto maior de descentralização do ensino fundamental no Brasil, e que implicou não somente recursos ou responsabilidades, mas também no processo de constituição destes colegiados. Desde a década de 1970 diversos convênios foram firmados entre o governo do estado de Santa Catarina e os municípios que desencadearam o processo de municipalização do ensino fundamental público. O estudo sugere uma certa independência dos municípios em relação ao poder público estadual e a organização de espaços de resistência à municipalização. Um recorte histórico da constituição de conselhos e sistemas de educação, tanto nacional como em Santa Catarina são apresentados com a intencionalidade de reconstruir o itinerário de criação destes colegiados. Os procedimentos desta pesquisa envolveram revisão de literatura, análise documental e entrevistas semiestruturadas, complementadas com depoimentos de dirigentes educacionais. A pesquisa bibliográfica proporcionou uma melhor compreensão da história da educação catarinense, e das políticas públicas de atendimento ao ensino fundamental pelos governos estaduais e municipais; da descentralização e municipalização do ensino, bem como uma reflexão sobre as políticas educacionais que possibilitaram a criação de conselhos de educação, favorecendo, ainda, a definição e a compreensão das categorias fundamentais para este estudo: descentralização e municipalização. A análise documental foi realizada a partir dos documentos: Legislações de Criação dos Conselhos Municipais de Educação e dos

¹ Doutoranda do PPG em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/Brasil). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Erechim (RS/Brasil).

² Doutoranda do PPG em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/Brasil). Professora da Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia (SC/Brasil).

³ Doutoranda do PPG em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/Brasil). Professora da Rede Pública Municipal de Ensino de Concórdia – SC (Brasil).

Sistemas Municipais de Educação; Termo de Convênio Estado/Municípios nº. 111/91, que visava à descentralização da gestão de atividades de ensino para o Município; assim como as Constituições brasileiras e catarinenses e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O estudo de cunho qualitativo buscou amparar-se na concepção dialética materialista histórica, a qual possibilita a compreensão dos fenômenos em sua historicidade, totalidade e contradição, elementos fundantes do método dialético, procurando assim descortinar os fatos para além de sua expressão aparente e a compreensão dos fenômenos com relação à totalidade. Busca-se ao resgatar a história da criação dos Conselhos Municipais de Educação em Santa Catarina, apontar as razões que os fundamentaram bem como os limites e possibilidades existentes para atuação dos mesmos, tendo como recorte temporal as últimas cinco décadas. De acordo com as análises feitas, percebe-se que esses colegiados não têm atuado em uma única direção. Esse movimento, característico do próprio processo de formação recente que eles vêm passando, possibilita perceber que, ao mesmo tempo em que ainda são dependentes dos governos municipais e possuem certas dificuldades para a tomada de decisões, por outro lado, tem evidenciado que esses colegiados vêm procurando realizar experiências mais democráticas, contando com a participação da população e buscando alternativas para sua atuação.